

Formulário-Síntese da Proposta

Introdução

Identificação da Ação

Instituição: Universidade Federal do Pampa
Plataforma: Extensão
Modalidade: Programa
Título: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CIDADANIA: A FORMAÇÃO DA ÉTICA AMBIENTAL NA C
Coordenador: JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA
Unidade de Origem: Campus São Gabriel
Início Previsto: 01/03/2011
Término Previsto: 31/12/2013

Detalhes da Ação

Carga Horária Total da Ação: 3
Periodicidade: Permanente/Semanal
Abrangência: Municipal
Local de Realização: Escolas da rede pública e privada do ensino médio e fundamental do município de São Gab
Período de Realização: Conforme demanda das escolas. Em atividades semanais de março de 2011 à dezembro de
Meios de Divulgação: Cartaz, Imprensa, Internet

Público-alvo

Comunidade Escolar (Docentes, discentes, técnicos educacionais, pais, comunidade do entorno das escolas, fornecedores de equipamentos e materiais para escolas, outros agentes específicos das atividades das escolas a serem identificados "ad oc".)

	Docente	Graduando	Pós-graduação	Técnico	Outro
Instituições Governamentais Federais	0	0	0	0	0
Instituições Governamentais Estaduais	70	0	0	12	1200
Instituições Governamentais Municipais	0	0	0	0	0
Organizações de Iniciativa Privada	0	0	0	0	0
Movimentos Sociais	0	0	0	0	0
Organizações Não-Governamentais	0	0	0	0	0
Organizações Sindicais	0	0	0	0	0

Grupos Comunitários	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0

Parcerias

Nome	Sigla	Tipo
Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Fernando Abbott	EEEMFA	Externa
Participação como co-participe das atividades previstas no projeto: seminários, oficinas, palestras, eventos entre outros.		

Caracterização da Ação

- Modalidade: Presencial
- Área de Conhecimento: Multidisciplinar
- Área Temática: Meio Ambiente
- Área de Temática Secundária: Educação
- Linha Temática: Questões Ambientais
- Caracterização Atividade: Ciclo de Debates

Descrição da Ação

Resumo da Proposta

Neste projeto desenvolver-se-á de forma interdisciplinar, a consciência crítica e pedagógica sobre o meio ambiente, contribuindo para que ações futuras possam melhorar a integração do Homem com o Meio Ambiente.

Através de atividades (Palestras, Oficinas, Seminários, atividades lúdicas) a serem realizadas na Escola de Ensino Médio Dr.Fernando Abbott (EEEMFA) em São Gabriel-RS, procurando-se promover a Educação Ambiental (EA) no ambiente escolar, na perspectiva de tornar professores, técnico e alunos da escola, multiplicadores de informações para a comunidade em que vivem.

Através de fundamentação teórica e prática, e utilizando-se de oficinas instrumentalizadoras de técnicas e processos, se farão diagnósticos dos problemas ambientais inseridos na realidade da comunidade escolar e local (comunidade ao entorno).

Por intermédio da apresentação e do estudo de temas geradores de reflexões, propor-se-ão metodologias de aplicação da EA nas disciplinas ministradas nas diferentes séries, ressaltando a existência de inúmeros problemas ambientais que podem, através de conscientização, ser amenizados ao se modificar atitudes individuais e coletivas.

As ações propostas procurarão transmitir conhecimentos com o propósito de atingir e sensibilizar os participantes, visando a percepção socioambiental de cada local, vinculando a EA a melhoria da qualidade de vida, através da formação de valores éticos que respeitem e reconheçam à pluralidade e a diversidade cultural e ambiental de cada região.

Palavras-chave

Educação, Meio Ambiente, Comunidade Escolar

Informações relevantes para avaliação da proposta

Este projeto é resultado do projeto: Educação ambiental para cidadania: a formação da ética ambiental na sala de aula, que foi desenvolvido entre os anos de 2008 e 2010 e resultados satisfatórios que motivaram uma atuação mais efetiva na escola Dr. Fernando Abbott.

Justificativa

Na década de 1960 com a abrupta perda da qualidade de vida causada pela degradação ambiental é que a civilização percebeu os graves problemas ocasionados pelo sistema produtivo de riquezas. Talvez o maior marco desta fase foi o clássico livro da jornalista norte-americana Rachel Carson, Primavera Silenciosa, que traz uma crítica aos desastres ambientais causados pelo descuido dos setores industriais em relação aos recursos naturais do planeta. Livro que provoca uma inquietação internacional sobre o tema.

Já no ano de 1972, o Clube de Roma publica o relatório The Limits of Growth, onde denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite do crescimento e, possivelmente a um colapso. Numa visão pragmática propunha o congelamento do crescimento econômico como única solução para evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica. Esta proposta foi duramente criticada pelos representantes dos países mais pobres, pois os condenava a permanecerem subdesenvolvidos. Neste mesmo ano, a Conferência de Estocolmo fica marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”;, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo”; representantes dos países não industrializados.

Nesta conferência difundiu-se o conceito da “economia astronauta”;, comparando a Terra a uma nave espacial na qual toda a humanidade seria passageira. A nave representaria um sistema fechado, limitado em si mesmo, cujo contato com o exterior se restringiria à luz solar. Reconhece-se com isso que o crescimento econômico estava em oposição à preservação do meio ambiente.

Vinte anos depois em junho de 1992, no Rio de Janeiro, reuniram-se mais de 160 países com a presença de 114 chefes de Estado e com a participação de mais de 1600 Organizações Não-Governamentais (ONGs) com o objetivo

de discutir os graves problemas ambientais que ameaçavam o planeta. A partir daí estabeleceu-se princípios que consagrariam o termo Desenvolvimento Sustentável, que reconhece a responsabilidade dos países desenvolvidos pela degradação ambiental do planeta e estabelece que os países não industrializados teriam a necessidade de receber apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção de um nível de vida mais qualitativo e na preservação dos recursos naturais.

Neste sentido, apesar dos poucos avanços concretos em relação a preservação dos recursos naturais do planeta, vive-se a mais decisiva época da história contemporânea. Serão das atitudes políticas e econômicas desta geração que dependerá a sobrevivência do futuro da humanidade. As gerações futuras cobrarão da atual pelo planeta que será deixado para elas. Muitos autores, como Antuniassi (1988), Sorrentino (1991), Field (1995), Carvalho (1989), acreditam que não haverá outra oportunidade na história para a salvação do seres vivos da Terra. Mesmo assim não há muitos sinais de que a civilização ocidental esteja disposta a mudar a sua maneira de viver.

Segundo Field (1995) os seres humanos destroem o meio ambiente não só em função de ganhos econômicos e ou políticos, mas também por que o comportamento humano ainda: “carece de ética o moral”. Para ele

Es decir, las personas contaminan porque no tienen la solidez moral y ética para abstenerse del tipo de comportamientos que causa la degradación ambiental. Si esto es cierto, la forma para lograr que las personas detengan la contaminación consiste, en cierto modo, en aumentar en nivel general de moralidad sobre lo ambiental en el seno de la sociedad. De hecho el movimiento ambiental ha conducido a que muchas personas se concentren en cuestionar la ética ambiental, y hayan explorado las dimensiones morales del impacto ocasionado por los seres humanos en el ambiente natural.” (FIELD, 1995, p. 4).

Portanto é da responsabilidade moral e ética da sociedade que surgirão as inquietações que farão com que sejam assumidas responsabilidades tanto no campo da política, como da economia e especialmente da educação. É através da educação da geração dos jovens de hoje que surgirá a pressão social, capaz de mobilizar os setores que efetivamente poderão tomar atitudes concretas para a preservação e recuperação dos recursos naturais.

O lixo, o desmatamento, os gases, as depredações e destruições estão no limite da suportabilidade do planeta. Chegou-se ao abismo: ou se continua caminhando para a fatalidade do caos, ou se revê o “modo depredador de viver” do mundo ocidental.

Segundo Ferreira (2003, p.17),

O atual modelo econômico, que estimula o consumo crescente e irresponsável e de bens materiais, depara com a

constatação de que há um limite para esse consumo. O homem precisa entender que depende da natureza, assim é indispensável integrá-la na análise dos problemas humanos, visto que esta é a fonte dos recursos necessários para a manutenção de nossa espécie na terra.

As depredações ambientais já não são exclusivamente urbanas, ou de determinadas regiões ou países, todos passaram a “usufruir” dos desgastes da natureza, a modernidade tecnológica trouxe um pesado custo, que foi “socializado” para todos. A unanimidade, neste sentido passa ser de que a “agenda” Desenvolvimento Sustentável representa um enorme avanço nas concepções de desenvolvimento tradicionais até hoje vistas, especialmente quando se trata da preservação da natureza.

Destarte, considera-se que a ligação entre educação e meio ambiente deve ser compreendida como parte do contexto econômico, cultural e político descritos acima. A Educação Ambiental na “[...] condição de filha dos dilemas políticos contemporâneos, e herdeira direta [...]” (CARVALHO, 1998, p. 123) da contradição entre desenvolvimento e meio ambiente se torna uma alternativa importante na conscientização cidadã de que o meio ambiente faz parte da vida de todos desta e das gerações que virão. Não se devem compreender as práticas educativas descoladas da realidade sócio ambiental, pois é a partir do modo como essas práticas se associam com o contexto histórico que se constituem os projetos políticos pedagógicos integrados à prática da Educação Ambiental.

Um dos primeiros registros da utilização do termo Educação Ambiental, data de 1948, num Encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris. Mas, foi a partir da Conferência de Estocolmo que a agenda internacional inseriu esta temática nas discussões mundiais ressaltando a importância de investir em Educação Ambiental.

O marco veio cinco anos depois, em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, ex- URSS, organizada a partir de uma parceria entre a Unesco e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), recém criado. Foi deste encontro que as abordagens sobre Educação Ambiental foram firmadas com relação às definições, objetivos, princípios e as estratégias que são adotadas até hoje em todo o mundo. Nesta conferência a Educação Ambiental é vista a partir de um enfoque interdisciplinar e da participação ativa de cada indivíduo em coletividade (GONZÁLES-GAUDIANO, 2005). A partir deste enfoque é definida como uma prática da Educação, orientada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente.

No Brasil, o movimento conservacionista, surgido nos anos de 1970 fez emergir um ambientalismo unido às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifestavam em ações isoladas de professores, estudantes e escolas, com atividades voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. É desta época os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental.

No governo federal a institucionalização da Educação Ambiental começou com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1973. Em 1981, foi institucionalizada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que

Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

estabelece a necessidade da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. A Constituição Federal de 1988, no inciso VI do artigo 225, contempla a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização para a preservação do meio ambiente”;

Reflexo deste processo foi que a Comissão Interministerial do Brasil de 1991 na preparação da Rio 92, considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira, criando, no Poder Executivo, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC e a Divisão de Educação Ambiental no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Estes órgãos representam um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992 e, neste ano, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

A Carta Brasileira para a Educação Ambiental, criada durante a Rio 92, com a participação do MEC, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana.

A Agenda 21 destaca a Educação Ambiental como um processo que busca desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com problemas que lhes são associados. Requer indivíduos com conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a preservação do que ainda resiste e que merece mais atenção. (Ferreira, 2003).

O CONAMA - Câmara Técnica Temporária da Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - criado em 1995, tinha como princípio norteador a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade. E em 1996, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, foi criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, configurando-se no elo formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Dois anos de debates e discussões foram necessários para que o Conselho Nacional de Educação aprovasse, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), constituindo um subsídio para auxiliar a escola na elaboração do seu projeto educativo, permitindo a inserção de procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar. Além disso, permitiu que alguns temas sociais como meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo também viessem a ser discutidos na escola, bem como possibilitou que as escolas e/ou comunidades elessem outros temas transversais, como foram denominados, para serem discutidos.

Com isso, constata-se que incorporar a Educação Ambiental no ensino de maneira interdisciplinar e não de maneira isolada, levando em consideração o cotidiano dos alunos a fim de conscientizar, as gerações futuras para os

problemas que afetam a vida no planeta, passa a ser fundamental.

A preocupação do professor e da escola deixa de ser apenas na formação de indivíduos isoladamente, mas sim da transformação coletiva capaz de proporcionar mudanças na sociedade, oportunizando aos educandos uma visão crítica das questões ambientais.

Na Rio 92, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi assinado, pela sociedade civil planetária, em 07 de junho, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que poderia servir como fundamento para a prática do professor no que se refere as propostas de Educação Ambiental.

Este documento estabelece os princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de Educação Ambiental e a sustentabilidade, e apontando os princípios fundamentais para um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza ainda que os processos participativos são fundamentais no incentivo da conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (HENRIQUES et al., 2007; TRAVASSOS, 2006).

Ao considerarem-se os pressupostos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global há uma possibilidade de trabalhar com a Educação Ambiental na escola a fim de provocar uma transformação individual e coletiva em prol de uma sociedade mais autônoma, equânime, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades sustentáveis e Responsabilidade Global, cada ação na sala de aula contemplaria:

- 1º) A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores;
- 2º) A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;
- 3º) A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;
- 4º) A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social;
- 5º) A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;

6º) A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;

7º) A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira;

8º) A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas;

9º) A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, até de estimular a educação bilíngüe;

10º) A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos;

11º) A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado;

12º) A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana;

13º) A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais;

14º) A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores;

15º) A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis;

16º) A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Considerando-se os pressupostos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, percebe-se a necessidade de colocar o aluno como ator principal no processo de construção do conhecimento, e o professor passa a ser também o aprendiz e não detentor de todo o saber. É necessário oportunizar espaço para que o aluno possa manifestar-se na sala de aula desenvolvendo a capacidade de expressar-se com responsabilidade e criticidade, formando um pensamento crítico e inovador.

No que diz respeito à formação global do aluno, há necessidade de se oportunizar ao indivíduo o desenvolvimento cognitivo e moral, estimulando a cooperação e não a disputa, a partir da troca de experiências por meio de trabalhos coletivos, possibilitando resultados que respeitem os diferentes pontos de vista. Isto vem de encontro à proposta dos PCN (1997) em se trabalhar na escola conceitos como: solidariedade, igualdade, respeito aos direitos humanos, democracia. Esta mudança de paradigmas de um ensino cartesiano para um trabalho desenvolvido de maneira interdisciplinar e aproveitando situações do cotidiano, contextualizadas e próximas da realidade dos alunos, refere-se a uma abordagem que se conecta a proposta dos temas transversais, referida neste documento.

Neste enfoque, os professores têm a possibilidade de oportunizar situações que motivem os alunos a participação, a argumentação, a tomada de decisões. Cabe a ele ser mediador de situações que permitam o desenvolvimento moral e o exercício de cooperação e respeito mútuo entre todos os participantes do processo.

Há também a urgência em se fazer um trabalho de base na relação entre escola e comunidade, onde a primeira assuma o compromisso de formar cidadãos autônomos, conscientes e que possam ser responsáveis por seus atos e decisões. Tal situação remete ao fato de que democratizar é uma opção política e que isto implica na tomada de decisões coletivas capazes de resolver os problemas locais sem perder a noção de que a educação deve possuir um caráter de ação global. Ou seja, formar cidadãos com o compromisso na transformação da região, e ao mesmo tempo com uma visão universal dos problemas do mundo contemporâneo.

Segundo a Unesco, a educação é o meio mais eficaz que a sociedade possui para enfrentar as provas do futuro e, de fato, a educação moldará o mundo de amanhã. Certamente a educação não constitui a resposta absoluta para todos os problemas, mas, em seu sentido mais amplo, deve ser parte vital de todos os esforços que se façam para imaginar e criar novas relações entre as pessoas e para fomentar maior respeito pelas necessidades do meio ambiente. A educação serve à sociedade de diversas maneiras e sua meta é formar pessoas mais sábias, possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo. Se todos os seres humanos tivessem essas aptidões e qualidades, os problemas do mundo não se resolveriam automaticamente, porém os meios e a vontade de fazê-lo estariam ao alcance das mãos (UNESCO, 1999).

A partir do ano 2000, portanto, as políticas de educação ambientais brasileiras e internacionais estavam formadas e

necessitam ser implantadas, mas a dificuldade que se observa começa pela falta de conhecimento sobre o que, por que, para quê, onde, quando e como ensinar.

Afirma-se que Educação Ambiental é uma adaptação contínua do conhecimento do homem em relação ao ambiente onde vive e ao seu nicho ecológico, tentando sempre manter o equilíbrio harmônico em suas relações com o meio e com as populações que o rodeiam e tem como finalidade proporcionar ao ser humano o entendimento do universo e de sua participação nele, principalmente em relação à conservação do ambiente e uso sustentável dos recursos naturais, com o objetivo maior de formar cidadãos aptos a utilizar o ambiente em que vivem, conservando-o para as presentes e futuras gerações.

A Educação Ambiental deve trabalhar no, sobre e para o ambiente. Ela é "no" ambiente quando utiliza o ambiente como recurso didático para proporcionar uma maior sensibilização (sentir). Ela é "sobre" o ambiente quando constrói informações e formações sobre o ambiente e suas interações (pensar). E ela é "para" o ambiente quando direciona ações efetivas que podem ser desde ações de preservação até a reflexão crítica (atuar).

Neste contexto, a inserção de tema "Meio Ambiente" no currículo escolar vem promover reflexões acerca da necessidade de preservar e defender o meio ambiente levando alunos e professores a se tornarem cidadãos multiplicadores de conhecimentos, atitudes e comprometimento com a busca de soluções para uma melhor qualidade de vida humana, visando a sustentabilidade.

A transdisciplinaridade e interdisciplinaridade são os princípios básicos da Educação Ambiental, que num processo coletivo e integral, visam à compreensão dos aspectos ambientais. Além disso, faz com que os indivíduos compreendam uma natureza complexa, tanto do meio quanto do homem e o resultado da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais para que adquiram, assim, o conhecimento, os comportamentos e as habilidades práticas para uma participação responsável e eficaz de preservação e da solução dos problemas ambientais.

Assim, o projeto foi concebido no intuito de promover, entre alunos, técnicos e professores do ensino fundamental da Escola Estadual Fernando Abott, a perspectiva de incentivar a Educação Ambiental, formal e informal, em um contexto pedagógico educativo, na expectativa de criar multiplicadores de uma nova perspectiva de preservação e conservação do meio ambiente, através da valorização de atitudes e valores, que motivem a lidar com problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis para o futuro do planeta como um todo, gerando conhecimento, metodologias, habilidades, numa perspectiva interdisciplinar e integradora de todas as áreas do conhecimento.

Numa perspectiva teórica procura-se refletir se estamos preparando uma geração para cuidar do futuro de nosso planeta, ou apenas se estamos cuidando nosso planeta para o futuro.

Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

Considera-se que um dos maiores desafios da atualidade é a preservação do meio ambiente, tão abalado pelo grande aumento da população humana e o mau uso dos recursos naturais.

O advento da industrialização propiciou um maior domínio do homem sobre a natureza para gerar mercadorias e, em nome da produtividade permitiu-se o uso predatório dos recursos naturais.

Assim surge a necessidade de estabelecer limites à ação humana para evitar a sua autodestruição. Faz-se necessário disseminar uma nova relação entre os homens e a natureza que privilegie a qualidade de vida juntamente com um desenvolvimento sustentável capaz de gerar uma sadia qualidade de vida para as gerações futuras.

Em razão disso é inevitável buscar formas de educar, que provoquem mudanças de atitudes. Como ensina Leonardo Boff (1999) “para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nossos hábitos de consumo. Importa desenvolver uma ética do cuidado” E o ensino formal e informal podem contribuir na reformulação dos comportamentos, das atitudes e na formação de valores à medidas que se tornar um fórum de discussão das questões que envolvam a responsabilidade individual e coletiva da problemática ambiental. A implantação da EA no ensino formal deve levar em consideração duas dimensões, a formação dos educadores e a formação do aluno, devendo passar pelas fases de mudanças de comportamento descritas por Hersey e Blanchard (1986): mudança de conhecimento, atitude interna, comportamento individual e de desempenho coletivo.

Baseado em que a EA deve estar diretamente ligada ao modo de vida das pessoas, como vivem e se relacionam entre si em sociedade, se faz necessário que o ambiente onde se vive seja percebido de maneira total, com suas características e seus problemas, buscando conscientizar o papel de cada um na sociedade, privilegiando a solidariedade, a partilha e o respeito.

Neste contexto este projeto de EA destinados a alunos e professores do ensino fundamental da Escola Estadual Fernando Abott da cidade de São Gabriel, proposto por discentes e docente do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da UNIPAMPA.

Constitui-se uma proposta de educação dirigida a uma transformação de consciência sobre os fatores naturais, científicos e sociais que compõe a problemática ambiental, desenvolvido de forma interativa e dialógica, caracterizando uma abordagem interdisciplinar e democrática, que possa contribuir para a formação de professores, técnicos e alunos, com conhecimentos, habilidades e motivação para que estes se tornem multiplicadores de saberes, valores, mentalidades e atitudes ambientalmente corretas, criando na comunidade escolar com uma consciência crítica para uma formação cidadã integrada aos problemas ambientais contemporâneos.

Fundamentação Teórica

Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

Na década de 1960 com a abrupta perda da qualidade de vida causada pela degradação ambiental é que a civilização percebeu os graves problemas ocasionados pelo sistema produtivo de riquezas. Talvez o maior marco desta fase foi o clássico livro da jornalista norte-americana Rachel Carson, Primavera Silenciosa, que traz uma crítica aos desastres ambientais causados pelo descuido dos setores industriais em relação aos recursos naturais do planeta. Livro que provoca uma inquietação internacional sobre o tema.

Já no ano de 1972, o Clube de Roma publica o relatório The Limits of Growth, onde denunciava que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite do crescimento e, possivelmente a um colapso. Numa visão pragmática propunha o congelamento do crescimento econômico como única solução para evitar que o aumento dos impactos ambientais levasse o mundo a uma tragédia ecológica. Esta proposta foi duramente criticada pelos representantes dos países mais pobres, pois os condenava a permanecerem subdesenvolvidos. Neste mesmo ano, a Conferência de Estocolmo fica marcada pela polêmica entre os defensores do “desenvolvimento zero”, basicamente representantes dos países industrializados, e os defensores do “desenvolvimento a qualquer custo” representantes dos países não industrializados.

Nesta conferência difundiu-se o conceito da “economia astronauta”, comparando a Terra a uma nave espacial na qual toda a humanidade seria passageira. A nave representaria um sistema fechado, limitado em si mesmo, cujo contato com o exterior se restringiria à luz solar. Reconhece-se com isso que o crescimento econômico estava em oposição à preservação do meio ambiente.

Vinte anos depois em junho de 1992, no Rio de Janeiro, reuniram-se mais de 160 países com a presença de 114 chefes de Estado e com a participação de mais de 1600 Organizações Não-Governamentais (ONGs) com o objetivo de discutir os graves problemas ambientais que ameaçavam o planeta. A partir daí estabeleceu-se princípios que consagrariam o termo Desenvolvimento Sustentável, que reconhece a responsabilidade dos países desenvolvidos pela degradação ambiental do planeta e estabelece que os países não industrializados teriam a necessidade de receber apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção de um nível de vida mais qualitativo e na preservação dos recursos naturais.

Neste sentido, apesar dos poucos avanços concretos em relação a preservação dos recursos naturais do planeta, vive-se a mais decisiva época da história contemporânea. Serão das atitudes políticas e econômicas desta geração que dependerá a sobrevivência do futuro da humanidade. As gerações futuras cobrarão da atual pelo planeta que será deixado para elas. Muitos autores, como Antuniassi (1988), Sorrentino (1991), Field (1995), Carvalho (1989), acreditam que não haverá outra oportunidade na história para a salvação do seres vivos da Terra. Mesmo assim não há muitos sinais de que a civilização ocidental esteja disposta a mudar a sua maneira de viver.

Segundo Field (1995) os seres humanos destroem o meio ambiente não só em função de ganhos econômicos e ou políticos, mas também por que o comportamento humano ainda: “carece de ética o moral”. Para ele

Es decir, las personas contaminan porque no tienen la solidez moral y ética para abstenerse del tipo de comportamientos que causa la degradación ambiental. Si esto es cierto, la forma para lograr que las personas detengan la contaminación consiste, en cierto modo, en aumentar en nivel general de moralidad sobre lo ambiental en el seno de la sociedad. De hecho el movimiento ambiental ha conducido a que muchas personas se concentren en cuestionar la ética ambiental, y hayan explorado las dimensiones morales del impacto ocasionado por los seres humanos en el ambiente natural.” (FIELD, 1995, p. 4).

Portanto é da responsabilidade moral e ética da sociedade que surgirão as inquietações que farão com que sejam assumidas responsabilidades tanto no campo da política, como da economia e especialmente da educação. É através da educação da geração dos jovens de hoje que surgirá a pressão social, capaz de mobilizar os setores que efetivamente poderão tomar atitudes concretas para a preservação e recuperação dos recursos naturais.

O lixo, o desmatamento, os gases, as depredações e destruições estão no limite da suportabilidade do planeta. Chegou-se ao abismo: ou se continua caminhando para a fatalidade do caos, ou se revê o “modo depredador de viver” do mundo ocidental.

Segundo Ferreira (2003, p.17),

O atual modelo econômico, que estimula o consumo crescente e irresponsável e de bens materiais, depara com a constatação de que há um limite para esse consumo. O homem precisa entender que depende da natureza, assim é indispensável integrá-la na análise dos problemas humanos, visto que esta é a fonte dos recursos necessários para a manutenção de nossa espécie na terra.

As depredações ambientais já não são exclusivamente urbanas, ou de determinadas regiões ou países, todos passaram a “usufruir” dos desgastes da natureza, a modernidade tecnológica trouxe um pesado custo, que foi “socializado” para todos. A unanimidade, neste sentido passa ser de que a “agenda” Desenvolvimento Sustentável representa um enorme avanço nas concepções de desenvolvimento tradicionais até hoje vistas, especialmente quando se trata da preservação da natureza.

Destarte, considera-se que a ligação entre educação e meio ambiente deve ser compreendida como parte do contexto econômico, cultural e político descritos acima. A Educação Ambiental na “[...] condição de filha dos dilemas políticos contemporâneos, e herdeira direta [...]” (CARVALHO, 1998, p. 123) da contradição entre

Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

desenvolvimento e meio ambiente se torna uma alternativa importante na conscientização cidadã de que o meio ambiente faz parte da vida de todos desta e das gerações que virão. Não se devem compreender as práticas educativas descoladas da realidade sócio ambiental, pois é a partir do modo como essas práticas se associam com o contexto histórico que se constituem os projetos políticos pedagógicos integrados à prática da Educação Ambiental.

Um dos primeiros registros da utilização do termo Educação Ambiental, data de 1948, num Encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris. Mas, foi a partir da Conferência de Estocolmo que a agenda internacional inseriu esta temática nas discussões mundiais ressaltando a importância de investir em Educação Ambiental.

O marco veio cinco anos depois, em 1977, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, na Geórgia, ex- URSS, organizada a partir de uma parceria entre a Unesco e o Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA), recém criado. Foi deste encontro que as abordagens sobre Educação Ambiental foram firmadas com relação às definições, objetivos, princípios e as estratégias que são adotadas até hoje em todo o mundo. Nesta conferência a Educação Ambiental é vista a partir de um enfoque interdisciplinar e da participação ativa de cada indivíduo em coletividade (GONZÁLES-GAUDIANO, 2005). A partir deste enfoque é definida como uma prática da Educação, orientada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente.

No Brasil, o movimento conservacionista, surgido nos anos de 1970 fez emergir um ambientalismo unido às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifestavam em ações isoladas de professores, estudantes e escolas, com atividades voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. É desta época os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental.

No governo federal a institucionalização da Educação Ambiental começou com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1973. Em 1981, foi institucionalizada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabelece a necessidade da inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. A Constituição Federal de 1988, no inciso VI do artigo 225, contempla a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização para a preservação do meio ambiente”;

Reflexo deste processo foi que a Comissão Interministerial do Brasil de 1991 na preparação da Rio 92, considerou a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira, criando, no Poder Executivo, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC e a Divisão de Educação Ambiental no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Estes órgãos representam um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992 e, neste ano, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

A Carta Brasileira para a Educação Ambiental, criada durante a Rio 92, com a participação do MEC, reconheceu ser

a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana.

A Agenda 21 destaca a Educação Ambiental como um processo que busca desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com problemas que lhes são associados. Requer indivíduos com conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a preservação do que ainda resiste e que merece mais atenção. (Ferreira, 2003).

O CONAMA - Câmara Técnica Temporária da Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente - criado em 1995, tinha como princípio norteador a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade. E em 1996, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, foi criado o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, configurando-se no elo formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Dois anos de debates e discussões foram necessários para que o Conselho Nacional de Educação aprovasse, em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), constituindo um subsídio para auxiliar a escola na elaboração do seu projeto educativo, permitindo a inserção de procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar. Além disso, permitiu que alguns temas sociais como meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo também viessem a ser discutidos na escola, bem como possibilitou que as escolas e/ou comunidades elessem outros temas transversais, como foram denominados, para serem discutidos.

Com isso, constata-se que incorporar a Educação Ambiental no ensino de maneira interdisciplinar e não de maneira isolada, levando em consideração o cotidiano dos alunos a fim de conscientizar, as gerações futuras para os problemas que afetam a vida no planeta, passa a ser fundamental.

A preocupação do professor e da escola deixa de ser apenas na formação de indivíduos isoladamente, mas sim da transformação coletiva capaz de proporcionar mudanças na sociedade, oportunizando aos educandos uma visão crítica das questões ambientais.

Na Rio 92, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi assinado, pela sociedade civil planetária, em 07 de junho, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que poderia servir como fundamento para a prática do professor no que se refere as propostas de Educação Ambiental.

Este documento estabelece os princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade, estabelecendo uma relação entre as políticas públicas de Educação Ambiental e a sustentabilidade, e apontando os princípios fundamentais para um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza ainda que os processos participativos são fundamentais no incentivo da conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (HENRIQUES et al., 2007; TRAVASSOS, 2006).

Ao considerarem-se os pressupostos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global há uma possibilidade de trabalhar com a Educação Ambiental na escola a fim de provocar uma transformação individual e coletiva em prol de uma sociedade mais autônoma, equânime, socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

Segundo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades sustentáveis e Responsabilidade Global, cada ação na sala de aula contemplaria:

1º) A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores;

2º) A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;

3º) A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;

4º) A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social;

5º) A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;

6º) A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;

7º) A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira;

8º) A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas;

9º) A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, até de estimular a educação bilíngüe;

10º) A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos;

11º) A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado;

12º) A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana;

13º) A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais;

14º) A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores;

15º) A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis;

16º) A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Considerando-se os pressupostos do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, percebe-se a necessidade de colocar o aluno como ator principal no processo de construção do conhecimento, e o professor passa a ser também o aprendiz e não detentor de todo o saber. É necessário oportunizar espaço para que o aluno possa manifestar-se na sala de aula desenvolvendo a capacidade de expressar-se com responsabilidade e criticidade, formando um pensamento crítico e inovador.

No que diz respeito à formação global do aluno, há necessidade de se oportunizar ao indivíduo o desenvolvimento cognitivo e moral, estimulando a cooperação e não a disputa, a partir da troca de experiências por meio de trabalhos coletivos, possibilitando resultados que respeitem os diferentes pontos de vista. Isto vem de encontro à proposta dos PCN (1997) em se trabalhar na escola conceitos como: solidariedade, igualdade, respeito aos direitos humanos, democracia. Esta mudança de paradigmas de um ensino cartesiano para um trabalho desenvolvido de maneira interdisciplinar e aproveitando situações do cotidiano, contextualizadas e próximas da realidade dos alunos, refere-se

Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão

a uma abordagem que se conecta a proposta dos temas transversais, referida neste documento.

Neste enfoque, os professores têm a possibilidade de oportunizar situações que motivem os alunos a participação, a argumentação, a tomada de decisões. Cabe a ele ser mediador de situações que permitam o desenvolvimento moral e o exercício de cooperação e respeito mútuo entre todos os participantes do processo.

Há também a urgência em se fazer um trabalho de base na relação entre escola e comunidade, onde a primeira assuma o compromisso de formar cidadãos autônomos, conscientes e que possam ser responsáveis por seus atos e decisões. Tal situação remete ao fato de que democratizar é uma opção política e que isto implica na tomada de decisões coletivas capazes de resolver os problemas locais sem perder a noção de que a educação deve possuir um caráter de ação global. Ou seja, formar cidadãos com o compromisso na transformação da região, e ao mesmo tempo com uma visão universal dos problemas do mundo contemporâneo.

Segundo a Unesco, a educação é o meio mais eficaz que a sociedade possui para enfrentar as provas do futuro e, de fato, a educação moldará o mundo de amanhã. Certamente a educação não constitui a resposta absoluta para todos os problemas, mas, em seu sentido mais amplo, deve ser parte vital de todos os esforços que se façam para imaginar e criar novas relações entre as pessoas e para fomentar maior respeito pelas necessidades do meio ambiente. A educação serve à sociedade de diversas maneiras e sua meta é formar pessoas mais sábias, possuidoras de mais conhecimentos, bem informadas, éticas, responsáveis, críticas e capazes de continuar aprendendo. Se todos os seres humanos tivessem essas aptidões e qualidades, os problemas do mundo não se resolveriam automaticamente, porém os meios e a vontade de fazê-lo estariam ao alcance das mãos (UNESCO, 1999).

A partir do ano 2000, portanto, as políticas de educação ambientais brasileiras e internacionais estavam formadas e necessitam ser implantadas, mas a dificuldade que se observa começa pela falta de conhecimento sobre o que, por que, para quê, onde, quando e como ensinar.

Afirma-se que Educação Ambiental é uma adaptação contínua do conhecimento do homem em relação ao ambiente onde vive e ao seu nicho ecológico, tentando sempre manter o equilíbrio harmônico em suas relações com o meio e com as populações que o rodeiam e tem como finalidade proporcionar ao ser humano o entendimento do universo e de sua participação nele, principalmente em relação à conservação do ambiente e uso sustentável dos recursos naturais, com o objetivo maior de formar cidadãos aptos a utilizar o ambiente em que vivem, conservando-o para as presentes e futuras gerações.

A Educação Ambiental deve trabalhar no, sobre e para o ambiente. Ela é "no" ambiente quando utiliza o ambiente como recurso didático para proporcionar uma maior sensibilização (sentir). Ela é "sobre" o ambiente quando constrói informações e formações sobre o ambiente e suas interações (pensar). E ela é "para" o ambiente quando direciona ações efetivas que podem ser desde ações de preservação até a reflexão crítica (atuar).

Neste contexto, a inserção de tema "Meio Ambiente" no currículo escolar vem promover reflexões acerca da necessidade de preservar e defender o meio ambiente levando alunos e professores a se tornarem cidadãos multiplicadores de conhecimentos, atitudes e comprometimento com a busca de soluções para uma melhor qualidade de vida humana, visando a sustentabilidade.

A transdisciplinaridade e interdisciplinaridade são os princípios básicos da Educação Ambiental, que num processo coletivo e integral, visam à compreensão dos aspectos ambientais. Além disso, faz com que os indivíduos compreendam uma natureza complexa, tanto do meio quanto do homem e o resultado da interação de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais para que adquiram, assim, o conhecimento, os comportamentos e as habilidades práticas para uma participação responsável e eficaz de preservação e da solução dos problemas ambientais.

Assim, o projeto foi concebido no intuito de promover, entre alunos, técnicos e professores do ensino fundamental da Escola Estadual Fernando Abott, a perspectiva de incentivar a Educação Ambiental, formal e informal, em um contexto pedagógico educativo, na expectativa de criar multiplicadores de uma nova perspectiva de preservação e conservação do meio ambiente, através da valorização de atitudes e valores, que motivem a lidar com problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis para o futuro do planeta como um todo, gerando conhecimento, metodologias, habilidades, numa perspectiva interdisciplinar e integradora de todas as áreas do conhecimento.

Numa perspectiva teórica procura-se refletir se estamos preparando uma geração para cuidar do futuro de nosso planeta, ou apenas se estamos cuidando nosso planeta para o futuro.

Considera-se que um dos maiores desafios da atualidade é a preservação do meio ambiente, tão abalado pelo grande aumento da população humana e o mau uso dos recursos naturais.

O advento da industrialização propiciou um maior domínio do homem sobre a natureza para gerar mercadorias e, em nome da produtividade permitiu-se o uso predatório dos recursos naturais.

Assim surge a necessidade de estabelecer limites à ação humana para evitar a sua autodestruição. Faz-se necessário disseminar uma nova relação entre os homens e a natureza que privilegie a qualidade de vida juntamente com um desenvolvimento sustentável capaz de gerar uma sadia qualidade de vida para as gerações futuras.

Em razão disso é inevitável buscar formas de educar, que provoquem mudanças de atitudes. Como ensina Leonardo Boff (1999) "para cuidar do planeta precisamos todos passar por uma alfabetização ecológica e rever nosso hábitos de consumo. Importa desenvolver uma ética do cuidado" E o ensino formal e informal podem contribuir na reformulação dos comportamentos, das atitudes e na formação de valores à medidas que se tornar um fórum de

discussão das questões que envolvam a responsabilidade individual e coletiva da problemática ambiental. A implantação da EA no ensino formal deve levar em consideração duas dimensões, a formação dos educadores e a formação do aluno, devendo passar pelas fases de mudanças de comportamento descritas por Hersey e Blanchard (1986): mudança de conhecimento, atitude interna, comportamento individual e de desempenho coletivo.

Baseado em que a EA deve estar diretamente ligada ao modo de vida das pessoas, como vivem e se relacionam entre si em sociedade, se faz necessário que o ambiente onde se vive seja percebido de maneira total, com suas características e seus problemas, buscando conscientizar o papel de cada um na sociedade, privilegiando a solidariedade, a partilha e o respeito.

Neste contexto este projeto de EA destinados a alunos e professores do ensino fundamental da Escola Estadual Fernando Abott da cidade de São Gabriel, proposto por discentes e docente do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da UNIPAMPA.

Constitui-se uma proposta de educação dirigida a uma transformação de consciência sobre os fatores naturais, científicos e sociais que compõe a problemática ambiental, desenvolvido de forma interativa e dialógica, caracterizando uma abordagem interdisciplinar e democrática, que possa contribuir para a formação de professores, técnicos e alunos, com conhecimentos, habilidades e motivação para que estes se tornem multiplicadores de saberes, valores, mentalidades e atitudes ambientalmente corretas, criando na comunidade escolar com uma consciência crítica para uma formação cidadã integrada aos problemas ambientais contemporâneos.

Objetivos

Objetivo Geral

Criar consciência crítica sobre a necessidade e a importância da Educação Ambiental (EA) na formação da cidadania, desenvolver a visão integrada entre os problemas ambientais, sociais e políticos do mundo contemporâneo, tanto nível local como global. Oferecer meios eficazes para que cada aluno e cada professor da Escola compreenda além dos fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências. Formar multiplicadores dos princípios da EA, incentivando a participação individual e coletiva tanto entre a comunidade acadêmica como na sociedade.

Objetivos Específicos

a) Promover EA no ambiente escolar, auxiliando na formação de recursos humanos na área e tornando professores e alunos multiplicadores da informação para a comunidade.

b) Atuar na fundamentação teórica e prática levantando problemas que estejam inseridos na realidade dos alunos e professores, para que ocorra por intermédio da apresentação e do estudo de temas geradores de reflexão sobre a EA

e suas diversas metodologias de aplicação.

c) Ressaltar a existência de inúmeros problemas com o meio ambiente que podem através de uma conscientização ser amenizados e abordados através da EA, de maneira que possa corrigir, modificar e formar atitudes ambientalmente corretas.

d) Enfatizar a importância da atitude individual, de acordo com as ações propostas com relação aos conhecimentos transmitidos com o propósito de atingir e sensibilizar a coletividade visando o progresso sócio ambiental.

g) Vincular a EA à melhoria da qualidade de vida e à cidadania, através da formação de valores éticos, socioeconômicos, políticos, culturais e históricos, respeitando e reconhecendo a pluralidade e a diversidade individual e cultural.

Materiais e Métodos

Neste projeto desenvolver-se-á de forma interdisciplinar, a consciência crítica e pedagógica sobre o meio ambiente, contribuindo para que ações futuras possam melhorar a integração do Homem com o Meio Ambiente.

Através de atividades (Palestras, Oficinas, Seminários, atividades lúdicas) a serem realizadas na Escola de Ensino Médio Dr. Fernando Abbott (EEEMFA) em São Gabriel-RS, procurando-se promover a Educação Ambiental (EA) no ambiente escolar, na perspectiva de tornar professores, técnico e alunos da escola, multiplicadores de informações para a comunidade em que vivem.

Através de fundamentação teórica e prática, e utilizando-se de oficinas instrumentalizadoras de técnicas e processos, se farão diagnósticos dos problemas ambientais inseridos na realidade da comunidade escolar e local (comunidade ao entorno).

Por intermédio da apresentação e do estudo de temas geradores de reflexões, propor-se-ão metodologias de aplicação da EA nas disciplinas ministradas nas diferentes séries, ressaltando a existência de inúmeros problemas ambientais que podem, através de conscientização, ser amenizados ao se modificar atitudes individuais e coletivas.

As ações propostas procurarão transmitir conhecimentos com o propósito de atingir e sensibilizar os participantes, visando a percepção socioambiental de cada local, vinculando a EA a melhoria da qualidade de vida, através da formação de valores éticos que respeitem e reconheçam a pluralidade e a diversidade cultural e ambiental de cada região.

Ação educativa composta de palestras, seminários ministrados aos alunos, técnicos e professores da escola, se abordará os princípios da Educação Ambiental ,inserindo nesta idéia a necessidade da formação da consciência crítica e uma ética que motive uma nova postura em relação ao meio ambiente.

As atividades previstas para atingir-se este objetivo se constituirão:

- 1) Oficinas de Caracterização dos resíduos da Escola.
- 2) Oficinas de Compostagem dos resíduos orgânicos.
- 3) Avaliação dos principais problemas ambientais da escola e da comunidade ao entorno.
- 4) Oficinas de elaboração de uma cartilha sobre educação ambiental (construída especificamente com as demandas elencadas pela própria comunidade escolar).
- 5) Estudo sobre o uso de coletores de resíduos específicos para a Escola.
- 6) Trabalhos de propostas de inserir a problemática ambiental nos conteúdos curriculares transversais de cada disciplina.
- 7) Oficinas de conscientização sobre a biodiversidade do bioma pampa

Relação Ensino, Pesquisa e Extensão

As atividades de extensão do projeto a terão caracter educativo e abrangeram a diversas áreas do conhecimento; seus resultados serão submetidos a revistas seminários de iniciação científica, seminários nacionais e internacionais e revistas científicas.

Avaliação

Pelo Público

Em cada atividade estão previstas avaliações pela comunidade escolar.

Pela Equipe

Em reuniões periódicas serão avaliadas as atividades desenvolvidas. Os resultados serão discutidos em forma de oficina de trabalho, a fim de que possam ser aperfeiçoados e ou redefinidos os objetivos.

Resultados Esperados

Espera-se que os resultados tragam efetiva transformação ambiental na Escola Dr. Fernando Abbott, de outra forma as análises serão desenvolvidas em forma de trabalho científico e divulgados para comunidade acadêmica em forma de resumos, resumos extendidos, relato de experiências e artigos científicos.

Referências Bibliográficas

RUSCHEINSKY, A. et al. EA abordagem múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KINDEL, E. A. I. EA – Vários olhares, várias práticas. Porto Alegre: Meditação, 2006.

SEIFFERT, M. E.B. Gestão Ambiental – Instrumentos Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas, 2007.

GRÜNN, M. Ética e Educação Ambiental. São Paulo: Papirus, 2007.

SATO, M. e CARVALHO, I. Educação Ambiental – Pesquisa e Desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ANJOS, M. B. Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: reflexões contemporâneas. São Paulo: Libra Três – Projetos Editoriais e Eventos, 2008.

AMARAL, C. F. Instrumentos de gestão ambiental - Introdução à teoria do desenvolvimento econômico: economia do meio ambiente - ECO-1106 – Aula 5. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2001.

BRASIL. Lei 9.433 de 08 janeiro de 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Diário Oficial da União de 09 janeiro de 1997.

_____. LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Diário Oficial da União de 02 de setembro de 1981.

CAMPOS, M M. F. Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade: tendências reveladas. Tese de doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2000. 362f.

CGEA. Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília: CGEA, 2001. 149p.

DORST, J. Por uma Ecologia Política - Antes que a Natureza Morra. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

DUALIBI, M e ARAUJO, L. Oficina de Educação Ambiental para Gestão. São Paulo: FEHIDRO/SMA, 2004.

ESCOLA. PCN - fáceis de entender. Escola on-line, Abril, São Paulo, 2000. Disponível em: . Acesso em 21 de abr. 2006.

FARRELL, G; LUKESCH, R.; THIRION, S. A competitividade ambiental. Bruxelas: European Commission, 2000. 50p.

FAT. Educação Ambiental: Projeto Interface. Campinas: FAT / BDT, 1998. Disponível em: . Acesso em 25 mar.2006.

FLORIANO, E. P. Educação ambiental como eixo transversal do processo de ensino-aprendizagem. Santa Rosa: Ambiente Inteiro, 2006.

_____. O desenvolvimento de uma economia sustentável. Santa Rosa: ANORGS, 2004.

_____. Políticas de gestão ambiental, 2ª ed. Santa Maria: CEPEF/UFSM, 2006. 108p. (No prelo).

Grober, Ulrich. Von Kursachsen Nach Rio - Ein Lebensbild über den Erfinder der Nachhaltigkeit Hannß Carl Edler von Carlowitz und die Wegbeschreibung eines Konzeptes - aus der Silberstadt Freiberg. Disponível em: Acesso 05 nov. 2002.

GUERRA, Rafael T.; GUSMÃO, Christiane R. de C. A implementação da educação ambiental em uma escola pública de ensino fundamental. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, João Pessoa, 9 a 12 de outubro de 2002. Anais... João Pessoa: UFPB-PRAC, 2002.

HBCU/MI. ENV 440-Environmental Chemistry. Flagstaff, USA: HBCU/MI, Clark Atlanta University and Northern Arizona University, 2006. Disponível em: . Acesso 10 abr. 2006.

Heylighen, Francis; Cliff Joslyn. Principia Cybernetica - Systems Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. Disponível em: . Acesso em 10 abr. 2006.

IBAMA. Anais do Seminário sobre a Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Série Meio Ambiente em Debate n° 1, 1995. 29p.

LAYRARGUES, Philippe P. (coord.); SILVA, Marina; CARVALHO, Isabel C. de M.; GUIMARÃES, Mauro; AVANZI, Maria R.; RUSCHEINSKY, Aloísio; LOUREIRO, Carlos F. B.; LIMA, Gustavo F. da C.; QUINTAS, José S.; MUNHOZ, Déborah. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

MCKNIGHT, Tom L.; HESS, Darrel; RITTER, Michael (Website author). Physical Geography: A Landscape Appreciation, 8th Edition. New York: Pearson Prentice Hall, 2005. Disponível em: . Acesso em 20 abr. 2006.

MEC. A Carta de Belgrado. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: . Acesso em 05 out.

2002.

_____. Educação Ambiental. Brasília, MEC, 2006. Disponível em: . Acesso em 20 mar. 2006.

_____. Parâmetros curriculares nacionais - terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 436 p.

_____. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde, livro 091. Brasília: MEC/SEF, 1997. 128p.

_____. Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola. [Brasília]: MEC/SEF/DPE/COEA, 2001.

MIRSHAWKA, V. A Implantação da Qualidade e da Produtividade pelo Método do Dr. Deming. São Paulo: McGraw-Hill, 1990.

MONTARDO, D. K. Recuperação do Meio Físico – Políticas de Gestão Ambiental. Santa Rosa: UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Transparências apresentadas em aula, 2002.

MULLER, Kenton. Planejamento Biorregional. Brasília: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Série Meio Ambiente Debate, nº 14, 1997. 28p.

MUNHOZ, Déborah. Alfabetização ecológica: de indivíduos às empresas do século XXI. In: LAYRARGUES, Philippe P. (coord.); Silva, Marina; Carvalho, Isabel C. de M.; Guimarães, Mauro; et alli. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004. 156 p.

NATGEO. Biodiversity: The Fragile Web. National Geographic Journal, Vol. 195, N°2. Washington D. C., Feb. 1999.

_____. Millenium supplement: physical world. National Geographic Journal, Vol. 193, N°5. Washington D. C.: May 1998.

PEREIRA, Luis S.; CORDERY, Ian; IACOVIDES, Iacovos. Coping with water scarcity. Paris: UNESCO, IHP-VI, Technical Documents in Hydrology, n. 58, 2002. 269p.

ROCHA, J. S. Educação Ambiental Técnica Para os Ensinos Fundamental, Médio e Superior. Brasília: ABEAS, 2001. 530p.

SHIKLOMANOV, Igor A. World Water Resources: a new appraisal and assessment for the 21st century. Paris: UNESCO, 1998. 37p.

SILVA FILHO, José Carlos L. da. Sistema de gestão ambiental aplicado a prefeituras : uma nova possibilidade de gestão pública. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Administração, Mestrado em Gestão da Tecnologia e da Produção, 1999.

SOARES, Sebastião R. Estratégias de política ambiental - ENS 5139 – Economia, direito e administração ambiental. Florianópolis: UFSC - Engenharia Sanitária e Ambiental, 2001.

SOUZA, Hélcio. O Grupo Banco Mundial e as estratégias de gestão ambiental global para o Brasil. Brasília: INESC, 2001. 188p.

UNESCO. INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL EDUCATION, organlied by Unesco in co-operation with UNEP, Tbilisi (USSR), 24-26 October 1977. Final Report: ED/MD/49, PARIS, April 1978. 101p.

_____. Site institucional da UNESCO. Disponível em: . Acesso em 04 abr. 2006.

Produtos Acadêmicos

Anais, Artigo, Capítulo de Livro, Oficina, Outros

Equipe de Execução

Membros

Coordenador

Instituição: UNIPAMPA

Tipo Institucional: Docente

Nome: JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA

CPF: 445.915.510-91

Docente

Instituição	Função	Nome	CPF
UNIPAMPA	Colaborador		
UNIPAMPA	Colaborador	Luciana Borba Benetti	785.704.689-20

Técnico-administrativo

Não há técnico-administrativo no projeto

Discente

Instituição	Função	Nome	Matrícula
UNIPAMPA	Colaborador	RANIÉLE NEVES DA SILVEIRA	91010062
UNIPAMPA	Colaborador	Anna Karolline Rezende dos Santos	9010032
UNIPAMPA	Colaborador	CAMILA TORBES MARQUES	91010035
UNIPAMPA	Colaborador	JULIANA PEREIRA PFEIFF	91010048

Membro Externo ou não cadastrado no SIPPEE

Instituição	Função	Nome	CPF
Escola Estadual Dr. Fernando A. Colaborador	Colaborador	NÍVEA MARIA PERDOMO DE MOURA	7610011104
Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Fernando A. Colaborador	Colaborador	ÁLSEA Maria Pereira Oliveira	60420170049
Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Fernando A. Colaborador	Colaborador	KÁTIA LUCIANE SOUZA DA ROCHA	59221275000

Membro a selecionar

Não há membros a selecionar no projeto

Cronograma de Atividades

Atividade 1

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA

Coordenar as atividades do projeto. Propor seminários e oficinas. Fazer a interrelação entre os agentes participantes do projeto. Coordenar as análises dos resultados. Elaborar relatórios parciais e finais.

Atividade 2

Início: 01/2011 Duração: 1080 dias Responsável: Luciana Borba Benetti

Colaborar nas atividades do projeto. Fazer palestras sobre educação ambiental para público alvo. Participar da análise parcial e final dos resultados.

Atividade 3

Início: 01/2011 Duração: 1080 dias Responsável: JULIANA PEREIRA PFEIFF

Colaborar nas atividades previstas no projeto. Propor ações de educação ambiental. Colaborar nas análises dos resultados do projeto. Fazer a ligação transversal entre os participantes da escola Fernando Abott e da Unipampa.

Atividade 4

Início: 01/2011 Duração: 1080 dias Responsável: CAMILA TORBES MARQUES

Colaborar nas atividades previstas no projeto em especial as previstas para alunos do ensino fundamental.

Atividade 5

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: Anna Karolline Rezende dos Santos

Colaborar nas atividades previstas no projeto. Participar nas oficinas a serem desenvolvidas, especialmente as destinadas ao ensino médio da Escola Dr. Fernando Abott.

Atividade 6

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: KÁTIA LUCIANE SOUZA DA ROCHA

Colaborar nas atividades do projeto. Propor ações educativas. Participar das análises dos resultados tanto parciais como final.

Atividade 7

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: NÍVEA MARIA PERDOMO DE MOURA

Colaborar nas atividades do projeto. Propor ações educativas. Participar das análises dos resultados tanto parciais

como final.

Atividade 8

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: Josete Maria Pereira Oliveira

Colaborar nas atividades do projeto. Propor ações educativas. Participar das análises dos resultados tanto parciais como final.

Atividade 9

Início: 03/2011 Duração: 1080 dias Responsável: RANIÉLE NEVES DA SILVEIRA

Colaborar nas atividades do projeto. Participar das oficinas previstas no projeto. Propor ações específicas para a escola Dr. Fernando Abbott. Colaborar nas análises dos resultados parciais e finais.

Receita

Arrecadação

Não há arrecadação no projeto

Recursos de Terceiros

Não há recursos de terceiros no projeto

Despesas

Material de Consumo

Descrição	Quantidade	Medida	Custo Unit	Custo Total	Fonte
Material para oficinas: Folhas A4, folders, banners, canetas.	1000.00	RS	0,00	0,00	Arrecadação

_____, 01/04/2011
Local

JEFFERSON MARÇAL DA ROCHA
Coordenador(a)